



# ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA



**50 ANOS de  
Encontros de Colecionadores  
em Santa Catarina**

**BOLETIM INFORMATIVO Nº 74**

**AGOSTO DE 2019**



## ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux  
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC

Caixa postal 229 - CEP 88.010-970

A AFSC, fundada em 6/8/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/9/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/8/1970.

DIRETORIA eleita em julho de 2019 para o período de agosto/2019 a agosto/2020:

Presidente:	Demétrio Delizoicov Neto
Vice-presidente:	Luis Claudio Fritzen
Primeiro secretário:	Ernani Santos Rebello
Segundo secretário:	Fabio Nakamura
Primeiro tesoureiro:	Bernardo Bihl Lopes
Segundo tesoureiro:	Fred Leite Siqueira Campos
Diretor de Sede:	Peter Joahnn Bürger

Conselho fiscal:	
Lucia Milazzo	Antonio Correa Varela (Suplente)
Romeu Odilo Trauer	Juliano Natal (Suplente)
Rubens Moser	Roque Rosseto (Suplente)

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim - Santa Catarina Filatélica. Anualmente, realiza, no mês de agosto - mês do seu aniversário de Fundação -, o tradicional Encontro de Colecionadores. Todas as publicações e convites para realizações da AFSC são enviados aos associados, Clubes e Associações congêneres. Há também uma biblioteca especializada à disposição dos associados na Sede da AFSC.

Para suporte aos dispêndios decorrentes das atividades referidas, a AFSC depende principalmente da arrecadação das anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias e valores, válidos a partir de janeiro de 2019:

Efetivos - residentes em Florianópolis, com idade a partir de 18 anos .....	R\$150,00
Juvenis - com idade inferior a 18 anos .....	R\$20,00
Correspondentes no Brasil - residentes fora de Florianópolis .....	R\$50,00
Correspondentes no Exterior - residentes fora do Brasil .....	US\$ 35,00

### **Associe-se!**

Envie-nos cópia preenchida da ficha para associação, encontrada em nosso site na internet:

[www.afsc.org.br](http://www.afsc.org.br)

## PALAVRAS DO PRESIDENTE

A presidência da AFSC tem sido realizada através de uma gestão colaborativa. Destacar essa característica, provavelmente semelhante a outras agremiações de colecionistas, tem a finalidade de manifestar publicamente a colaboração de amigos colecionadores e associados da AFSC. Sem a contribuição de um pequeno, mas aguerrido coletivo, muito do que a AFSC pôde fazer talvez não tivesse ocorrido, ou ocorrido de modo mais modesto. Não conseguirei nomear todos. Mas, através dos seguintes nomeados, homenageio todo esse coletivo por levar adiante o colecionismo e a AFSC. Por exemplo, no nosso Encontro de Colecionadores 2019, mais de meia centena de comerciantes estarão presentes. Sem a competente coordenação do Ernani, Diretor Secretário e do Romeu, dedicado associado e colaborador da AFSC, certamente este Encontro não teria essa dimensão. Meu especial agradecimento ao Romeu pelo empenho na realização de várias atividades, desde aspectos relacionados ao cotidiano da Associação até a reformulação e coordenação do nosso site, que ainda está em construção para uma versão mais atualizada. A ele devemos, também, a efetivação de uma Mostra de Colecionismo no saguão da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. Destaco, ainda, a dedicação, de sempre, do casal Milazzo. Entre tantas atividades nas quais se envolvem na AFSC, os dois são fundamentais para a edição do Boletim. Lucia ao realizar a revisão dos originais enviados pelos autores e Milton pela sua edição, desde o recebimento dos originais e o preparo do boneco final até o seu envio para a impressão. Fundamental para a sobrevivência financeira, Bernardo, Diretor Tesoureiro da AFSC, com muito empenho tem coordenado as VSOs presenciais que realizamos mensalmente na nossa Sede, além de se dedicar às suas tarefas da Tesouraria. Para finalizar, destaco que meu amigo Fritzen, Diretor Vice-Presidente, que mesmo tendo uma agenda internacional recheada por representar a filatelia brasileira, como comissário e jurado em exposições e como presidente da FIAP, sempre se disponibiliza a participar ativamente das reuniões e eventos da AFSC, tendo papel determinante na direção da Associação.

Muito obrigado a todos.

Demétrio Delizoicov  
Presidente da AFSC

## ESPECIAL

# 50 Anos de Encontros de Colecionadores em Santa Catarina

A Filatelia em Santa Catarina tem uma longa história. São muitos os registros a respeito, e muitas cidades do Estado viram nascer e crescer clubes e associações filatélicas, numismáticas e de colecionismo em geral.

No final da década de 1960, era comum, geralmente aos sábados, o encontro de filatelistas de Blumenau e Itajaí, para troca de selos e informações. Quando filatelistas de Brusque juntaram-se a eles, surgiu a ideia de formalizar a realização de Encontros periódicos.

O primeiro deles aconteceu em Itajaí, no dia 16 de agosto de 1969, na Sociedade Guarani, denominado Primeiro Encontro Filatélico do Vale do Itajaí. Ainda em 1969, aconteceram Encontros em Blumenau (4 de outubro) e Brusque (12 de novembro).

Em 1970, aconteceram mais três reuniões nessas mesmas cidades e, em 1971, Joinville, Laguna e Timbó também promoveram Encontros. Em 1973, a AFSC promoveu o primeiro Encontro em Florianópolis. De lá para cá, Santa Catarina vem reunindo seus filatelistas, numismatas, cartofilistas, telecartofilistas e tantos outros colecionadores, todos os anos, ininterruptamente.

Além das cidades já citadas, também sediaram Encontros Balneário Camboriú, Criciúma e Jaraguá do Sul. Nos últimos anos, Timbó e Florianópolis têm sediado Encontros, regularmente, nos meses de junho e agosto.

Chegamos a 2019. Cinquenta anos de reuniões que agora congregam colecionadores de todo o Brasil e países vizinhos. Em Florianópolis, nos dias 3 e 4 de agosto, acontece o 175º ENCONTRO DE FILATELISTAS E NUMISMATAS DE SANTA CATARINA

Uma ótima notícia é que o próximo Encontro no nosso Estado acontecerá ainda este ano, nos dias 19 e 20 de outubro, promovido pelo Clube Filatélico Brusquense.

A FEBRAF – Federação Brasileira de Filatelia, homenageia este cinquentenário com o lançamento de carimbo comemorativo alusivo, no dia 3 de agosto, sábado, na abertura do Encontro em Florianópolis.

Outra iniciativa é o lançamento, pelos CORREIOS de Santa Catarina, do selo personalizado idealizado e criado por nosso associado CEZAR AUGUSTO MORAES BOLZAN. O tema do selo e também do carimbo é a ERVA-MATE.

Apresentamos, a seguir, o EDITAL de lançamento e a imagem do selo.



## EDITAL DE EMISSÃO

### 50 ANOS DOS ENCONTROS FILATÉLICOS DE SANTA CATARINA Selo Personalizado ERVA-MATE e Carimbo Comemorativo

Para comemoração de meio século de Encontros Filatélicos em Santa Catarina, a FEBRAF - Federação Brasileira de Filatelia -, lança Carimbo Comemorativo, durante o 175º Encontro de Filatelistas e Numismatas de Santa Catarina, em parceria com a Associação Filatélica de Santa Catarina, que lançará também selo personalizado, retratando a flor e o fruto da Erva-Mate, tema ainda inédito nos selos postais brasileiros.

A **erva-mate** (nome científico: *Ilex paraguariensis*), também chamada **mate** ou **congonha**, é uma árvore da família das aquifoliáceas, originária da região subtropical da América do Sul. Consta que os índios Guaranis foram os primeiros a usar a erva-mate para o preparo de bebidas.

O nome científico *Ilex paraguariensis* foi dado, em 1820, pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (RHM C-315), após conhecer a planta no Paraguai. Ao adentrar pelos campos do Paraná, e ver que a árvore crescia em maior quantidade e qualidade, retratou-se em seu diário, dizendo que deveria tê-la nomeado *Ilex brasiliensis*.

No século XIX, o Paraguai proibiu a exportação de erva-mate, fazendo Argentina e Uruguai substituírem a erva importada paraguaia pela brasileira, desenvolvendo, dessa forma, o cultivo e o beneficiamento da planta em Santa Catarina.

Ela é característica do bioma “Mata de Araucária”, em altitudes acima de 400 metros. Cresce no sub-bosque e beneficia-se do sombreamento de outras árvores, desenvolvendo nessas condições até 15 metros de altura. Tem caule cinza, folhas ovais e fruto pequeno e verde ou vermelho-arroxeadado. As plantas só se reproduziam por meio de pássaros da região, que ingeriam o pequeno fruto e defecavam sua semente. A plântula é muito sensível ao sol, tanto que, mesmo no plantio moderno, a técnica exige sombreamento até que a planta atinja alguma maturidade. A erva-mate floresce na primavera e início do verão, despontando inflorescências em feixes corimbóides e axilares, com flores pequenas, simples, brancas, que são polinizadas por insetos. Os frutos que se seguem são bagas globulares, pequenas e vermelhas quando maduras, contendo quatro sementes. Eles são avidamente comidos por passarinhos, principalmente os sabiás, seus principais disseminadores.

O ciclo da Erva-Mate gerou crescimento no planalto norte e região oeste do Estado de Santa Catarina, onde a história da região se confunde com a história ervateira. O objetivo desta emissão é resgatar essa tradição enraizada no Estado.

SELO PERSONALIZADO – MODELO 2017 (AMARELO)  
EMISSÃO: 20 folhas (240 selos)  
VENDA EXCLUSIVA BENEFICIENTE  
(Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina)  
SELO ARTE: TM POHL PUBLICIDADE  
CARIMBO ARTE: ROBERTO BASSO



# *As cédulas de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa do Tesouro Nacional (1950-1967<sup>1</sup>) e a quebra na sequência das assinaturas*

Márcio Rovere Sandoval - Montreal, Canadá (\*)



**Figura 1** – Anverso da cédula de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa, Série 4170ª, n° 099966 (C 073a; P.176c) 157 mm X 67 mm. Microchancelas do Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões e do Diretor da Caixa de Amortização Reginaldo Fernandes Nunes. Impressão: *Thomas de La Rue & Company*, Londres. Emissão dessa série pelo Tesouro Nacional: após 20.05.1965<sup>2</sup>.

## *Introdução*

As cédulas de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa do Tesouro Nacional foram emitidas a partir de 14.08.1950 e desmonetizadas em 13.05.1967. Foram impressas pela *Thomas de La Rue & Company* de Londres<sup>3</sup>, como pode ser constatado nas margens brancas<sup>4</sup> do anverso e do reverso das cédulas.

De 1950 a 1965 foram impressas 4.700 séries, ou seja, 470.000.000 (quatrocentos e setenta milhões) de cédulas<sup>5</sup>.

1 Foram emitidas a partir de 14.08.1950 e desmonetizadas em 13.05.1967. A Circular n° 86 de 01.04.1967 estabeleceu que as cédulas de 5, 2 e 1 Cruzeiros perderiam o poder liberatório em 13.05.67. (Fontes: Museu de Valores do Banco Central e Casa da Moeda do Brasil).

2 Data do recebimento das Séries 4149ª a 4248ª da empresa impressora (Fonte: *Casa da Moeda do Brasil*, Cleber Baptista Gonçalves, 1989).

3 Impressor britânico de papel-moeda e outros documentos de segurança. O nome atual da sociedade é *De La Rue*. A companhia foi fundada em 1821, por *Thomas de La Rue* em *Guernsey* e tem sua reputação calcada, principalmente, na impressão de papel-moeda e selos postais para diversos países do mundo. Produziu, também, durante muito tempo, cartas de jogo.

4 Trata-se da superfície não impressa que circunscribe a gravura, “*com bordas de corte mecânico*”. É uma característica de impressão que no Brasil foi utilizada desde o Império até o final dos anos 60.

5 Podemos estimar o custo total, em valores da época, em £ 1.339.500 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil e quinhentas libras), sabendo que o milheiro custava £ 2,85.

Considerando as assinaturas<sup>6</sup> e ainda os autógrafos<sup>7</sup>, temos dez variações para essas cédulas e, por causa da quebra na sequência das assinaturas (no caso, a do Diretor da Caixa de Amortização), são consideradas ainda mais quatro variantes intermediárias, num total de quatorze, como veremos em todos os pormenores.

As cédulas da 1ª Estampa desse valor haviam sido impressas pela *American Bank Note de Nova York (ABNCo.)*<sup>8</sup> e emitidas a partir de 18.11.1944<sup>9</sup>.

No entanto, as primeiras cédulas de 5 Cruzeiros<sup>10</sup> foram emitidas em 1942, com cédulas aproveitadas do Padrão Mil-Réis (cédulas de 5 Mil-Réis da 19ª Estampa<sup>11</sup>), com uma dupla superimpressão em forma de rosácea (C002; P.125). No medalhão, tínhamos, também, a efigie do Barão do Rio Branco.



**Figura 2** – Detalhe das cédulas de 5 Cruzeiros com a efigie do Barão do Rio Branco. Da esquerda para a direita temos: 5 Cruzeiros de 1942 (cédula aproveitada da 19ª Estampa do Padrão Mil-Réis – C002; P.125); 5 Cruzeiros de 1944 (1ª Estampa – C017; P.134) e 5 Cruzeiros de 1950 (2ª Estampa – C065; P.142). As duas primeiras cédulas foram impressas pela *ABNCo.* e a terceira pela *Thomas de La Rue & Company (TDLR)*, objeto do presente estudo. A Gravura do Barão do Rio Branco (1845-1912) foi gravada originalmente por *Robert Savage* (1868-1943) da *ABNCo.* e utilizada pela primeira vez na cédula de 5 Mil-Réis de 1913 (R095; P.24). A gravação realizada pela *Thomas de La Rue & Company*, apesar de ter a mesma fonte (provavelmente uma fotografia do Barão do Rio Branco), tem os traços diferentes.

6 Mais especificamente microchancelas, graficamente falando, ou seja, assinaturas impressas em tamanho reduzido. No caso, temos as microchancelas do Ministro da Fazenda e do Diretor da Caixa de Amortização.

7 Assinaturas de próprio punho, com caneta-tinteiro. Praticadas desde o Império e abolidas em 1953.

8 Empresa estadunidense fundada em 1795 e que imprimia cédulas bancárias e outros documentos de segurança para diversos países do mundo. Encerrou a produção de papel-moeda por volta de 1988. Continua existindo com a denominação *ABC Corp.* Foi a principal fornecedora de cédulas para o Brasil, desde o Império até o final dos anos 60. A partir de 1948, sofreu concorrência do impressor inglês *Thomas de La Rue & Company*. As duas empresas vieram a perder os contratos a partir de 1970, quando a Casa da Moeda do Brasil passou a imprimir as cédulas no Brasil.

9 O Museu de Valores do Banco Central indica a data de 16.11.1944, mas constatamos que as primeiras séries (0001/0040) foram recebidas em 18.11.1944, portanto, dois dias depois. Essas informações nos vêm de Cleber Batista Gonçalves, na obra *Casa da Moeda do Brasil*, de 1988.

10 O Cruzeiro foi criado pelo Decreto-Lei n° 4.791, de 5 de outubro de 1942.

11 Foram emitidas pelo Tesouro Nacional, em 1925. As remanescentes, que não haviam sido colocadas em circulação, quais sejam, as séries 375ª a 436ª, foram aproveitadas para o Cruzeiro.



**Figura 3** – Detalhe das rosáceas, contendo o valor da cédula de 5 Cruzeiros, nas três ocasiões anteriormente descritas (figura 2). Na primeira imagem, vemos uma das superimpressões (Casa da Moeda – 5 Cruzeiros) aplicadas nas cédulas de 5 Mil-Réis da 19ª estampa.

### *As características das cédulas do Cruzeiro*

As características de impressão e segurança em relação às cédulas do Cruzeiro, impressas pela *American Bank Note Company* e *Thomas de La Rue & Company*, foram aprovadas pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização<sup>12</sup> em 1963 – Processo 5.890/63. Vejamos:

*“O Cruzeiro foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.791, de 5 de outubro de 1942. Suas características foram aprovadas pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização e são as seguintes:*

*CÉDULAS DE CR\$1 – CR\$2 – **CR\$5** – CR\$10 – CR\$20 – CR\$50 – CR\$100 – CR\$200 – CR\$500 e CR\$1.000.*

***Anverso** – As cédulas de 1, 2, 5, 10, 20, 50, 100, 200, 500 e 1.000 Cruzeiros são impressas em papel especial de formato retangular, tamanho único, e medem, quando novas, admitidas as tolerâncias normais, 156 x 67 mm.*

*Os ângulos superiores apresentam rosáceas bordejadas por filetes ondulados, contendo os algarismos do valor nominal em caracteres greco-romanos com terminações em fantasia; nos ângulos inferiores, rosáceas cordiformes, ambas com os algarismos do valor nominal idênticos aos das rosáceas superiores.*

*A cartela principal traz o dístico REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL<sup>13</sup>, composto em caracteres greco-romanos, com terminações em espículos ou crenos. Abaixo, em caracteres menores, sobre o fundo de segurança, está o dístico SE PAGARÁ AO PORTADOR DESTA A QUANTIA DE nas estampas que trazem na cartela inferior, sob o dístico do valor por extenso, a expressão valor recebido, o que não ocorre com as da estampa valor legal.*

*Acompanhando a curva superior do medalhão, o dístico NO TESOURO NACIONAL, quando se trata das cédulas com a expressão valor recebido, e TESOURO NACIONAL, no caso das cédulas com a expressão valor legal.*

<sup>12</sup> Órgão criado em 1828 e que, em 1836, passou a ser responsável, entre outros, pela gestão do meio circulante até 1967, quando suas funções foram repassadas ao Banco Central do Brasil (Decreto-Lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967).

<sup>13</sup> Nome oficial do país de 24 de fevereiro de 1891 a 15 de março de 1967.



*Ao centro, entre dois desenhos que compõem a rosácea principal e que incluem por quatro vezes, e em dois tamanhos, o valor em algarismos, está a efigie do vulto homenageado, num medalhão emoldurado e embasado, trazendo, na parte inferior da moldura, o dístico com o seu nome. Sob o medalhão, uma cartela com os seguintes dísticos: VALOR DA CÉDULA POR EXTENSO e as expressões VALOR RECEBIDO nas cédulas de impressão mais antigas e VALOR LEGAL, nas emissões mais recentes.*

*Aos lados, em sentido vertical, entre os denticulos e as tarjas, compondo o corondel, estão destacados pequenos blocos formados por algarismos repetindo o valor.*

*Os motivos descritos são impressos pelo processo calcográfico e constituem os principais elementos figurativos da cédula.*

*Em toda a área livre, observa-se o fundo de segurança, representado por pequenos algarismos do valor nominal, contornados simetricamente por desenhos tramados, recortados por traços sinuosos, paralelos e transversais. Em torno da rosácea principal, vê-se um florão irisado. Todos esses motivos são impressos pelo processo “offset”.*

*Nas áreas livres estão distribuídos:*

- a) aos lados da rosácea principal, os elementos acessórios de identificação individual, impressos pelo processo tipográfico em cor carmim, vistos de cima para baixo, respectivamente, à esquerda ESTAMPA, SÉRIE e NÚMERO, e à direita, NÚMERO, ESTAMPA e SÉRIE.*
- b) sob a rosácea principal, os elementos acessórios de autenticação, as microchancelas do Diretor da Caixa de Amortização à esquerda e a do Ministro da Fazenda à direita, impressas pelo processo tipográfico em cor negra.*

**Reverso** – *O reverso da cédula se compõe de um painel legendado com alegoria ou figuração que lembra motivo da cultura pátria. Nos lados, três rosáceas superpostas, contendo, cada uma, algarismos do valor nominal em tamanhos diferentes. Encimando e embasando o painel, cartelas com os dísticos REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Compondo a moldura do painel, vêem-se ornatos de complementação e, na parte superior, duas pequenas cartelas com algarismos do valor nominal. A composição do reverso é impressa em calcografia.*

*Nas margens brancas do anverso e do reverso, na parte inferior, está gravado, pelo processo calcográfico, o nome da firma impressora – American Bank Note Company ou **Thomas de La Rue & Company, Limited, London**. (in: Cédulas Brasileiras da República – Emissões do Tesouro Nacional. Rio de Janeiro: Banco do Brasil S.A. - Museu e Arquivo Histórico, 1965, p.103) (grifo nosso).*

Essas características de impressão e segurança aprovadas pela *Junta Administrativa da Caixa de Amortização* em 1963, referem-se às cédulas que vinham circulando desde 1943, quando se tentou padronizar “*em definitivo*” as cédulas brasileiras.

Mas, como tivemos a oportunidade de mencionar, essas tentativas vinham sendo realizadas desde o Padrão Mil-Réis, por volta de 1918.<sup>14</sup> Assim, o Governo demorou cerca de quarenta e cinco anos para realizar uma nomenclatura<sup>15</sup> que foi útil apenas durante sete anos, já que, em 1970, quando as cédulas passaram a ser impressas no Brasil, pela Casa da Moeda, as características das cédulas mudaram radicalmente, tornando praticamente obsoleta aquela nomenclatura.



**Figura 4** – Reverso da cédula de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa (C072; P.176b), 157 mm X 67 mm, que traz a reprodução do quadro de Antonio Parreiras: A Conquista do Amazonas (1907), que se encontra no Museu Histórico do Pará, em Belém. Trata-se de um *specimen* de 1963. Em 1958, a *Thomas de La Rue & Company* mudou sua razão social para *De La Rue Company Limited PLC*. Neste exemplar, podemos ver a antiga denominação na margem branca e a nova razão social na superimpressão “De La Rue & Co LTD”.

### *As Cédulas de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa recebidas de Londres*

O livro de Cleber Batista Gonçalves, intitulado “Casa da Moeda do Brasil”, editado em 1989, traz a relação das cédulas de 5 Cruzeiros recebidas da *Thomas de La Rue & Company* de Londres, de 21.08.1956 a 13.07.1965<sup>16</sup>. Vejamos:

14 Veja sobre este assunto a matéria de nossa autoria intitulada “A padronização do Mil-Réis (1918-1942)”, publicada no Boletim da AFSC – Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, n° 69, de março de 2015, p.4-22.

15 *Conjunto de termos específicos de uma ciência, arte ou técnica, apresentado segundo uma classificação metódica; vocabulário técnico, terminologia.* (in: Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001).

16 As informações existentes dizem respeito às séries 1301ª a 4700ª. As séries anteriores, quais sejam, da 1ª a 1300ª, não constam da lista. No entanto, incluímos informações de outras fontes, que, eventualmente, podem não ser exatas. As últimas séries trazem o valor pago ao impressor em Libras Esterlinas.

Tabela I – Cédulas recebidas do impressor

Data do recebimento	Séries	Quantidade	
? ? 1950 (C065; P. 142) <sup>17</sup>	1ª a 500ª	50.000.000	
? ? 1953 (C066; P.158a)	501ª a 1000ª	50.000.000	
? ? 1954 (C067; P.158b)	1001ª a 1300ª	30.000.000	
21.08.1956 (C068; P.158c)	1301ª a 1350ª	5.000.000	
08.10.1957 (C068); P.158c)	1351ª a 1430ª	8.000.000	
09.10.1957 (C068; P.158c)	1431ª a 1450ª	2.000.000	
15.10.1957 (C068; P.158c)	1451ª a 1500ª	5.000.000	
17.10.1957 (C068; P.158c)	1501ª a 1550ª	5.000.000	
07.11.1957 (C068; P.158c)	1551ª a 1600ª	5.000.000	
22.01.1958 (C068; P.158c)	1601ª a 1611ª	1.100.000	
02.01.1958 (C068; P.158c)	1612ª a 1615ª	400.000	
07.01.1958 (C068; P.158c)	1616ª a 1665ª	5.000.000	
30.12.1957 (C068; P.158c)	1666ª a 1705ª	4.000.000	
23.12.1957 (C068; P.158c)	1706ª a 1725ª	2.000.000	
18.12.1957 (C068; P.158c)	1726ª a 1775ª	5.000.000	
17.12.1957 (C068; P.158c)	1776ª a 1800ª	2.500.000	
08.01.1959 (C069; P.158d)	1801ª a 1827ª	2.700.000	
14.01.1959 (C069; P.158d)	1828ª a 1854ª	2.700.000	
29.01.1959 (C069; P.158d)	1855ª a 1881ª	2.700.000	
20.02.1959 (C069; P.158d)	1882ª a 1951ª	7.000.000	
06.03.1959 (C069; P.158d)	1952ª a 2050ª	9.900.000	
10.04.1959 (C070; P.158e)	2051ª a 2130ª	8.000.000	
27.04.1959 (C070; P.158e)	2131ª a 2158ª	2.800.000	
18.05.1959 (C070; P.158e)	2159ª a 2212ª	5.400.000	
04.06.1959 (C070; P.158e)	2213ª a 2266ª	5.400.000	
23.06.1959 (C070; P.158e)	2267ª a 2300ª	3.400.000	
08.05.1962 (C071; P.176a)	2301ª a 2320ª	2.000.000	
28.05.1962 (C071; P.176a)	2321ª a 2420ª	10.000.000	
29.05.1962 (C071; P.176a)	2421ª a 2500ª	8.000.000	
26.06.1962 (C071; P.176a)	2501ª a 2591ª	9.100 000	
27.06.1962 (C071; P.176a)	2592ª a 2691ª	10.000.000	
28.06.1962 (C071; P.176a)	2692ª a 2780ª	8.900 000	
16.08.1962 (C071; P.176a)	2781ª a 2876ª	9.600 000	
13.08.1962 (C071; P.176a)	2877ª a 2900ª	2.400 000	
09.01.1963 (C071; P.176a)	2901ª a 3004ª	10.400 000	
10.12.1962 (C071; P.176a)	3005ª a 3104ª	10.000 000	
14.11.1962 (C071; P.176a)	3105ª a 3204ª	10.000 000	
04.10.1962 (C071; P.176a)	3205ª a 3244ª	4.000 000	

17

Temos aqui a catalogação brasileira e a internacional (World Paper Money).

04.10.1962 (C071; P.176a)	3245 <sup>a</sup> a 3294 <sup>a</sup>	5.000 000	
04.10.1962 (C071; P.176a)	3295 <sup>a</sup> a 3300 <sup>a</sup>	6.000 000	
11.09.1962 (C071; P.176a)	3301 <sup>a</sup> a 3396 <sup>a</sup>	9.600 000	
13.08.1962 (C071; P.176a)	3397 <sup>a</sup> a 3422 <sup>a</sup>	2.600 000	
13.08.1962 (C071; P.176a)	3423 <sup>a</sup> a 3472 <sup>a</sup>	5.000 000	
13.08.1962 (C071; P.176a)	3473 <sup>a</sup> a 3500 <sup>a</sup>	2.800 000	
20.11.1963 (C072; P.176b)	3501 <sup>a</sup> a 3600 <sup>a</sup>	10.000.000	
21.11.1963 (C072; P.176b)	3601 <sup>a</sup> a 3636 <sup>a</sup>	3.600.000	
10.10.1963 (C072; P.176b)	3637 <sup>a</sup> a 3686 <sup>a</sup>	5.000.000	
03.10.1963 (C072; P.176b)	3687 <sup>a</sup> a 3700 <sup>a</sup>	1.400.000	
23.10.1964 (C073; P.176c)	3701 <sup>a</sup> a 3716 <sup>a</sup>	1.600.000	
30.11.1964 (C073; P.176b)	3717 <sup>a</sup> a 3732 <sup>a</sup>	1.600.000	
07.12.1964 (C073-74; P.176b-d)	3733 <sup>a</sup> a 3844 <sup>a</sup>	11.200.000	
06.01.1965 (C074; P.176d)	3845 <sup>a</sup> a 3972 <sup>a</sup>	12.800.000	
10.02.1965 (C074; P.176d)	3973 <sup>a</sup> a 4084 <sup>a</sup>	11.200.000	
10.03.1965 (C074 P.176d)	4085 <sup>a</sup> a 4148 <sup>a</sup>	6.400.000	
20.05.1965 (C073 a e b - C074 a e b; P.176c e d)	4149 <sup>a</sup> a 4248 <sup>a</sup>	10.000.000	£ 42,750.0
18.05.1965 (C074b; P.176d)	4249 <sup>a</sup> a 4298 <sup>a</sup>	5.000.000	
18.05.1965 (C074b; P.176d)	4299 <sup>a</sup> a 4348 <sup>a</sup>	5.000.000	£ 40,470.0
17.05.1965 (C074b; P.176d)	4349 <sup>a</sup> a 4440 <sup>a</sup>	9.200.000	
11.05.1965 (C074b; P.176d)	4441 <sup>a</sup> a 4490 <sup>a</sup>	5.000.000	£ 23,940.0
11.05.1965 (C074b; P.176d)	4491 <sup>a</sup> a 4524 <sup>a</sup>	3.400.000	
07.05.1965 (C074b; P.176d)	4525 <sup>a</sup> a 4574 <sup>a</sup>	5.000.000	£ 18,240.0
07.05.1965 (C074b; P.176d)	4575 <sup>a</sup> a 4588 <sup>a</sup>	1.400.000	
13.07.1965 (C074b; P.176d)	4589 <sup>a</sup> a 4700 <sup>a</sup>	11.200.000	£ 14,250.0

Total geral de cédulas = 470.000.000 (quatrocentos e setenta milhões)

Custo aproximado: £ 1.339.500<sup>18</sup>

O milheiro de cédulas custava aproximadamente £ 2,85 em valores da época.

Tabela II – Chancelas do Diretor da Caixa de Amortização e do Ministro da Fazenda das cédulas de 5 Cruzeiros da 2ª estampa.

Nº	Séries	Data de recebimento	Chancelas (Diretor da Caixa Amortização e Ministro da Fazenda)
C065; P.142	1 <sup>a</sup> a 500 <sup>a</sup>	1950	Autografadas
C066; P.158a	501 <sup>a</sup> a 1000 <sup>a</sup>	1953	Claudionor de Souza Lemos e Horácio Lafer
C067; P.158b	1001 <sup>a</sup> a 1300 <sup>a</sup>	1954	Claudionor de Souza Lemos e Oswaldo Aranha

<sup>18</sup> Aqui estamos no campo das suposições, calculamos esses valores a partir dos dados disponíveis na bibliografia apontada.

C068; P.158c	1301 <sup>a</sup> a 1800 <sup>a</sup>	1956-58	Claudionor de Souza Lemos e José Maria Alkimin
C069; P.158d	1801 <sup>a</sup> a 2050 <sup>a</sup>	1959	Claudionor de Souza Lemos e Lucas Lopes
C070; P.158e	2051 <sup>a</sup> a 2300 <sup>a</sup>	1959	Affonso Almiro e Lucas Lopes
C071; P.176a	2301 <sup>a</sup> a 3500 <sup>a</sup>	1962	Reginaldo Fernandes Nunes e Walter Moreira Salles
C072; P.176b	3501 <sup>a</sup> a 3700 <sup>a</sup>	1963	Reginaldo Fernandes Nunes e Miguel Calmon
C073; P.176c	3701 <sup>a</sup> a 3748 <sup>a</sup>	1964	Reginaldo Fernandes Nunes e Octávio Gouvêa de Bulhões
C074; P.176d	3749 <sup>a</sup> a 4148 <sup>a</sup>	1965	Sérgio Augusto Ribeiro e Octávio Gouvêa de Bulhões
C073a; P.176c	4149 <sup>a</sup> a 4180 <sup>a</sup>	1965	Reginaldo Fernandes Nunes e Octávio Gouvêa de Bulhões
C074a; P.176d	4181 <sup>a</sup> a 4200 <sup>a</sup>	1965	Sérgio Augusto Ribeiro e Octávio Gouvêa de Bulhões
C073b; P.176c	4201 <sup>a</sup> a 4232 <sup>a</sup>	1965	Reginaldo Fernandes Nunes e Octávio Gouvêa de Bulhões
C074b; P.176d	4233 <sup>a</sup> a 4700 <sup>a</sup>	1965	Sérgio Augusto Ribeiro e Octávio Gouvêa de Bulhões

### *A quebra na sequência das assinaturas*



**Figura 5** – Anverso da cédula de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa, Série 4205<sup>a</sup>, nº 041895 (C 073b; P.176c) 157 mm X 67 mm. Microchancelas do Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões e do Diretor da Caixa de Amortização Reginaldo Fernandes Nunes. Impressão: *Thomas de La Rue & Company*, Londres. Emissão dessa série pelo Tesouro Nacional: após 20.05.1965.

Através das tabelas I e II podemos verificar que até a **série 4148<sup>a</sup>** (lote recebido em **10.03.1965**), tudo estava correto, ou seja, a assinatura de Reginaldo Fernandes Nunes<sup>19</sup> havia sido

19

Reginaldo Fernandes Nunes foi Diretor da Caixa de Amortização de 07/09/1961 a 31/07/1964.

substituída pela de Sérgio Augusto Ribeiro<sup>20</sup>, novo Diretor da Caixa de Amortização<sup>21</sup>.

A partir das séries 4149<sup>a</sup> a 4248<sup>a</sup> (lote recebido em **20.05.1965**), ocorreram erros por parte da empresa impressora (*Thomas de La Rue & Company* de Londres), que reutilizou a microchancela do antigo Diretor da Caixa de Amortização, qual seja, Reginaldo Fernandes Nunes, em duas ocasiões nesse lote, nas séries **4149<sup>a</sup> a 4180<sup>a</sup>** (32 séries ou 3.200.000 cédulas, chamaremos de erro n<sup>o</sup> 1) e nas séries **4201<sup>a</sup> a 4232<sup>a</sup>** (32 séries ou 3.200.000 cédulas, erro n<sup>o</sup> 2).

As demais séries que compunham aquela remessa, ou seja, 4181<sup>a</sup> a 4200<sup>a</sup> e 4233<sup>a</sup> a 4248<sup>a</sup> vieram corretas, com a microchancela de Sérgio Augusto Ribeiro. Dessas séries até a última (4700<sup>a</sup>) não houve mais erros.

Desse modo, as séries que deram ensejo à quebra na sequência de assinaturas foram as de números 4149<sup>a</sup> a 4180<sup>a</sup> (C73a; P.176c) e as de números 4201<sup>a</sup> a 4232<sup>a</sup>, (73b; P.176c) todas recebidas na data de 20.05.1965.

Trata-se do período de transição entre a Caixa de Amortização e o Banco Central do Brasil, sendo que na data de recebimento do lote em questão, qual seja, em **20.05.1965**, ao que tudo indica, nem mesmo Sérgio Augusto Ribeiro exercia seu cargo. O correto deveria ter sido a utilização de sua microchancela nas séries 3749<sup>a</sup> até a 4700<sup>a</sup>, o que não veio a ocorrer.

### *Da existência das variantes C073 (a e b) e C074 (a e b)*

As variantes C073 (a e b) e a C074 (a e b) são apontadas no Catálogo Amato<sup>22</sup>, o que não ocorre no *World Paper Money*, que relaciona 10 variantes, considerando apenas as assinaturas, vejamos:

#### 5 Cruzeiros 2<sup>a</sup> Estampa – TDLR (WPM)

P.142	Séries 1 <sup>a</sup> a 500 <sup>a</sup>
P.158 <sup>a</sup>	Séries 501 <sup>a</sup> a 1000 <sup>a</sup>
P.158b	Séries 1001 <sup>a</sup> a 1300 <sup>a</sup>
P.158c	Séries 1301 <sup>a</sup> a 1800 <sup>a</sup>
P.158d	Séries 1801 <sup>a</sup> a 2050 <sup>a</sup>
P.158e	Séries 2051 <sup>a</sup> a 2300 <sup>a</sup>
P.176 <sup>a</sup>	Séries 2301 <sup>a</sup> a 3500 <sup>a</sup>
P.176b	Séries 3501 <sup>a</sup> a 3700 <sup>a</sup>
P.176c	Séries 3701 <sup>a</sup> a 3748 <sup>a</sup> ; 4149 <sup>a</sup> a 4180 <sup>a</sup> ; 4201 <sup>a</sup> a 4232 <sup>a</sup>
P.176d	Séries 3749 <sup>a</sup> a 4148 <sup>a</sup> ; 4181 <sup>a</sup> a 4200 <sup>a</sup> ; 4233 <sup>a</sup> a 4700 <sup>a</sup>

20 Sérgio Augusto Ribeiro foi o último Diretor da Caixa de Amortização de 01/08/1964 a 01/03/1965.

21 Com a criação do Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro de 1964, a Caixa de Amortização teve suas funções transferidas para o novo órgão, cujo primeiro presidente foi Dênio Nogueira, de 12/04/1965 a 21/03/1967. A Caixa de Amortização foi definitivamente extinta através do Decreto n<sup>o</sup>61.962, de 22 de dezembro de 1967.

22 Aqui indicamos apenas o nome pelo qual ficou conhecido o catálogo, mas a sua autoria é de Claudio Patrick Amato, Irlei Soares das Neves e Julio Ernesto Schütz.

O catálogo brasileiro, além das dez variantes consideradas em relação às assinaturas, relaciona mais quatro variações intermediárias que levam em conta a quebra na sequência das assinaturas, que são as C073a e b e a C074a e b, vejamos:

#### 5 Cruzeiros 2ª Estampa – TDLR (Amato)

C.065	Séries 1ª a 500ª
C.066	Séries 501ª a 1000ª
C.067	Séries 1001ª a 1300ª
C.068	Séries 1301ª a 1800ª
C.069	Séries 1801ª a 2050ª
C.070	Séries 2051ª a 2300ª
C.071	Séries 2301ª a 3500ª
C.072	Séries 3501ª a 3700ª
C.073	Séries 3701ª a 3748ª
<b>C.073a</b>	Séries 4149ª a 4180ª
<b>C.073b</b>	Séries 4201ª a 4232ª
C. 074	Séries 3749ª a 4148ª
<b>C. 074a</b>	Séries 4181ª a 4200ª
<b>C. 074b</b>	Séries 4233ª a 4700ª

Como vimos, o erro ocorreu nas séries recebidas em **20.05.1965**, e em duas ocasiões, quais sejam, nas Séries 4149ª a 4180ª (3.200.000 cédulas) e nas Séries 4201ª a 4232ª (3.200.000 cédulas). Essas 6.400.000 cédulas são semelhantes e foram produzidas intercaladas nas séries que deveriam conter a assinatura de Sérgio Augusto Ribeiro (figuras 1 e 4).

Acreditamos que a existência desses dois erros deve ser considerada, já que as demais séries, apesar da descontinuidade, estão corretas.

Teríamos, assim, toda a sequência de assinaturas e mais a C073a e b, apenas. O fato é que existem dez variantes e dois erros que foram cometidos pela TDLR, respectivamente C073a e C073b.

Seriam, assim, doze tipos e não quatorze, como relaciona o Catálogo Amato, e nem dez, como relaciona o *World Paper Money*.

De qualquer forma, as cédulas de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa, impressas pela *Thomas de La Rue & Company* (TDLR) e emitidas pela Tesouro Nacional, oferecem uma boa gama de variantes e que existem em abundância no mercado, mesmo no estado flor de estampa, possibilitando tanto ao veterano quanto ao iniciante uma boa e agradável experiência.

## Bibliografia

- AMATO, Claudio Patrick *Et al.* **Cédulas do Brasil** 1833 a 2011. 5ª edição, 2011.
- Cédulas Brasileiras da República** – Emissões do Tesouro Nacional. Rio de Janeiro: Banco do Brasil S.A. - Museu e Arquivo Histórico, 1965.
- GONÇALVES, Cleber Baptista. **Casa da Moeda do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 2ª Edição, 1989.
- Museu de Valores do Banco Central do Brasil** – <http://www.bcb.gov.br/?red-museu>
- PICK, Albert. **Standart Catalog of World Paper Money** - General Issues, 1368-1960, 15 th edition, Edited by George S.Cuhaj, USA, 2014.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. **Dinheiro no Brasil**. Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial Ltda., 2ª edição, 1987.

Nota: Nossos agradecimentos a Felipe Augusto (<http://numisbrazilis.blogspot.com>) de Curitiba-PR, por nos ter colocado em evidência as diferenças entre as microchancelas das 1ª e 2ª Estampas do Cruzeiro.

### *Anexo – Conceitos pertinentes à matéria.*

Apresentamos alguns conceitos para melhor podermos compreender a catalogação dessas cédulas. Estes conceitos nos vêm dos termos utilizados pela antiga Caixa de Amortização, do atual Banco Central e ainda compulsando as ciências econômicas e gráficas. Vejamos:

Denomina-se **Estampa** o conjunto de características “*físicas e/ou gráficas*” de um grupo de cédulas. Assim, uma mudança nos motivos, na filigrana, na cor, no tamanho, etc.<sup>23</sup> engendram uma nova estampa. É, ainda, um elemento acessório de identificação individual.

Constatamos que, em várias cédulas do Mil-Réis e do Cruzeiro, temos a indicação da estampa, o que não ocorre (ao menos explicitamente) nas cédulas de outros países, mesmo que impressas pela *American Bank Note* ou pela *Thomas de La Rue & Company*.

No caso que analisamos, ou seja, da 2ª Estampa da cédula de 5 Cruzeiros, houve diversas mudanças em relação à 1ª Estampa, vejamos algumas delas:

- Mudança da empresa impressora: as cédulas da 1ª Estampa foram impressas pela *American Bank Note & Company de Nova York* (ABNCo.) e as da 2ª Estampa pela *Thomas de La Rue & Company de Londres* (TDLR);
- Tratando-se de impressores diferentes, são novas placas de impressão, que podem ser semelhantes às anteriores (como é o caso), mas nunca iguais, eis que de gravadores diferentes.
- As assinaturas (microchancelas) vêm de novos cartões de assinatura, que são diferentes em relação à 1ª Estampa. No caso da cédula de 5 Cruzeiros não é possível fazer a comparação com as cédulas

23 No presente caso houve a mudança de empresa impressora (ABNCo. para TDLR), com a consequente gravação de novas placas de impressão e alteração das cores, entre outros.



da 1ª Estampa, eis que estas não comportam microchancelas, que apareceram posteriormente. Fizemos a comparação com outras da mesma família, vejamos:



**Figura 6** – Microchancela do Diretor da Caixa de Amortização Reginaldo Fernandes Nunes. A imagem da esquerda é da cédula de 10 Cruzeiros da 1ª Estampa (C020; P.167b) de 1963, impressa pela *American Bank Note Company* de Nova York (ABNCo.) e a segunda é a de 10 Cruzeiros da 2ª Estampa (C082; P.176d) de 1965, impressa pela *Thomas de la Rue & Company* de Londres (TDLR). É nítida a diferença entre as microchancelas, eis que as assinaturas foram realizadas em momentos distintos<sup>24</sup> e, como vimos, gravadas por empresas diferentes.

**Série** é um elemento acessório de identificação individual que, na maioria das vezes, corresponde a 100.000 unidades, sendo o caso das cédulas que analisamos.

**Número da cédula** é um elemento acessório de identificação individual, no caso das cédulas do Cruzeiro de 000 001 a 100 000 em cada série, ou seja, com seis dígitos.

**Microchancelas** são as assinaturas em tamanho reduzido. No caso em questão, temos as microchancelas do Ministro da Fazenda e do Diretor da Caixa de Amortização.

**Fundo de segurança** é a impressão subjacente, no caso em análise, de algarismos e desenhos tramados. Em geral impresso em ofsete, sob o qual se sobrepõem as impressões em calcografia e tipografia. A que tudo indica, o fundo de segurança era impresso em primeiro e, depois, os demais elementos, eis que observando cem cédulas com numeração sequencial, não fomos capazes de identificar uma só igual, o que seria de se esperar, considerando a posição na placa de impressão. Pensamos que o mesmo ocorre com as cédulas da *ABNCo*. No caso da cédula de 5 Cruzeiros da 1ª Estampa eram impressas vinte e oito cédulas por placa.

**Valor recebido** – é uma indicação constante nas cédulas do Tesouro Nacional desde o Império até 1961 e que diz respeito ao lastro monetário, representado pela expressão “*se pagará ao portador desta o valor de ... valor recebido*”. Esse pagamento, em tese, seria realizado em ouro ou prata, mais precisamente em moedas de ouro ou prata, como era praxe no caso dos bancos privados e das Caixas de Conversão e Estabilização. Diríamos em tese, eis que na prática, ao que temos conhecimento, isto aconteceu com a primeira emissão do Banco do Brasil (1º Banco do Brasil – 1808), nas experiências das Caixas de Conversão e de Estabilização e, ainda, no caso dos bancos privados que tinham autorização para realizar emissões. O lastro nem sempre era integral. Assim, no caso das cédulas do Tesouro Nacional, a garantia, a nosso ver, era letra morta, existente apenas pela tradição que remontava ao Império.

<sup>24</sup> Ocorre mesmo entre as cédulas que analisamos na presente matéria; a microchancela de Claudionor de Souza Lemos (C066; P.158a e C067; P.158b) apresenta diferenças, denotando cartões de assinatura distintos, mesmo em se tratando da mesma empresa impressora.

**Valor legal** – indicação constante nas cédulas do Tesouro Nacional e nas primeiras do Banco Central e que diz respeito à “garantia”, nesse caso, conferida em virtude da Lei. A Lei garante a circulação da cédula, sendo obrigatório o seu recebimento. A circulação é obrigatória porque a lei determina que seja desta forma e não pela existência da “garantia real”, qual seja, ouro ou prata existentes em depósito.

Os conceitos de valor recebido e valor legal são vetustos em economia, já que o lastro desapareceu completamente na esfera internacional com a crise de 1929.

(\*) Marcio Rovere Sandoval  
E-mail: [marciosandoval@hotmail.com](mailto:marciosandoval@hotmail.com)  
Blog: <http://sterlingnumismatic.blogspot.ca>



**FILATÉLICA BRÁSILIA** **Filatélica Penny Black**  
**Portal do selo**

**Agora trabalhando juntas**  
**Roberto Silveira**  
Caixa Postal 8507 - 70312-970 - Brasília - DF

*Grande estoque de selos brasileiros e estrangeiros / Toda linha de materiais filatélicos e numismáticos / Atendemos mancolistas por países e/ou temas / Compramos coleções de selos*

**(61) 92000-8401 (Tim Correios)**  
**(19) 98112-3725 (Claro / WhatsApp) / (19) 3039-8715**  
**E-mail [portaldoselo@gmail.com](mailto:portaldoselo@gmail.com)**

**OFERTAS EM NOSSOS SITES**  
**[www.portaldoselo.com.br](http://www.portaldoselo.com.br) [www.filatelicabrasilia.com.br](http://www.filatelicabrasilia.com.br)**

## LER MAIS

Para este número, selecionamos os seguintes títulos encontrados na Biblioteca da AFSC e à disposição dos associados:

1. “MOEDAS DE COBRE DO BRASIL 1693 A 1818” - Volume I. A primeira edição de 2018 em 189 páginas, coloridas, escrito por ENI GARLETTI e ROGÉRIO BERTAPELI.
2. “COLLECT SHELLS ON STAMPS”. Editado por STANLEY GIBBONS, Inglaterra, em 1995. Com preçário e ilustrado, por ordem alfabética de países.
3. “EL CORREO”. Atlas ilustrado. Editado em Madri, Espanha. ed. SUSAETA. Em espanhol, 252 páginas. Ilustrado em cores.

## *Reuniões regulares da AFSC*

Quintas-feiras, a partir das 18 horas.

Sábados, a partir das 14:30 horas.

### PARTICIPE

Se você não é associado da AFSC, venha fazer parte de nossa Associação.

Procure um de nossos Diretores,

Ou através do site **[www.afsc.org.br](http://www.afsc.org.br)**

# Audrey Hepburn - Ícone de Hollywood e da Filatelia

in: Delcampe Magazine julho/agosto de 2019

tradução e adaptação de Lucia Milazzo - Florianópolis, SC

De família importante de banqueiros, Audrey Hepburn ou melhor, Edda Van Heenstra, desde muito cedo mostrou-se apaixonada pela dança clássica e pelo palco.

Sua carreira de artista começou em 1948 e, já em 1953 aparecia nas telas de cinema. Seu sucesso foi imediato e duraria até sua morte, em 1993.

Audrey Hepburn está presente na Filatelia por ter sua imagem e nome ligados a uma das maiores raridades filatélicas dos anos 2000.

Em 2001, os Correios da Alemanha decidiram emitir uma série de selos beneficentes, tendo como homenageados grandes estrelas do cinema, entre elas, Audrey Hepburn.

A imagem desse selo veio do filme “Diamante no sofá”, mas com um retoque especial: no lugar de estar com seus óculos de sol seguros entre os dentes, a bela atriz exibe, no selo, uma piteira, o que não agradou à família. Sean Ferrer, filho da atriz, impugnou a emissão por não concordar com a ideia transmitida pela imagem, que não estava de acordo com as orientações da Fundação Audrey Hepburn e da Unicef, organização à qual ela se dedicou em defesa da infância em todo o mundo. Entretanto, os alemães se adiantaram e imprimiram nada menos que quatorze milhões de selos com a foto modificada. Essa emissão, logicamente, foi destruída. Porém, três folhas escaparam da incineração: duas foram guardadas nos arquivos dos Correios da Alemanha e uma guardada no arquivo particular de Sean Ferrer. Em um leilão beneficente, Sean Ferrer acabou por vender a tal folha, em benefício da UNICEF e da Fundação Audrey Hepburn. A folha, com dez selos, foi arrematada por 430 mil Euros.

A história deveria parar por aí, pois todos os demais selos, supostamente, teriam sido destruídos. Mas não foi isso o que aconteceu. Foram achados cinco selos obliterados. Vendidos entre 2005 e 2009, todos esses selos foram descobertos por filatelistas sortudos que pagaram quase nada por eles.

Recentemente, os selos foram vendidos, estima-se, por um valor entre 53 mil e 135 mil Euros - cada selo, com canto datado. Uma verdadeira sorte inesperada para aqueles que os possuíam.

Mas, então, de onde vieram tais selos?

A explicação mais plausível é que uma pessoa da administração dos Correios, no recebimento dos selos para incineração, tenha usado alguns deles antes que a emissão fosse destruída. Com esse pensamento, é até possível que outros selos existam perdidos no ar.

Não precisaria muito mais para fazer a felicidade de um filatelista!



## *O Coleccionismo e sua relação com Fatos Históricos*

Roberto Michetti Moreira - Garopaba, SC (\*)

Afinal, o que é História? Quais as suas fontes de análise? Qual é sua relação com o Coleccionismo?

Para o historiador alemão Leopold Von Ranke (1790-1880), a História serve para mostrar o que de fato ocorreu no passado, enquanto para um dos fundadores da Escola dos Annales, o historiador francês Marc Bloch, a História é a ciência dos homens no tempo. Ou ainda, para Walter Benjamin, é um objeto em contínua construção, e seu lugar não é um tempo homogêneo e vazio, mas sim um tempo “saturado de agoras”.

A palavra HISTÓRIA, em suas raízes etimológicas, deriva do grego antigo e tem como significado “pesquisa” ou “conhecimento advindo da investigação”. A História se constitui num produto da ação humana, construído a partir das vivências, cuja salvaguarda se dá por meio de diversos tipos de registros.



Figura 1 – Chancela referente ao período do Reino Unido.

Acervo Particular – Roberto M. Moreira



Figura 2 – Detalhe de documento assinado.

Acervo Particular – Roberto M. Moreira

Uma das principais formas de realizar pesquisas acerca de fatos históricos é por meio dos registros documentais, ou seja, de documentos de vários tipos, cuja consulta pode ser feita em instituições públicas ou privadas, bancos de dados públicos ou privados, bibliotecas ou até mesmo em acervos particulares.

Cabe ressaltar que além de documentos, oficiais ou não, itens colecionáveis como moedas, medalhas, cédulas, selos e tantos outros, também se constituem em importantíssimas fontes de resgate histórico, pois são considerados como testemunhos materiais de grandes feitos, celebrações e festividades, entre outros acontecimentos. Tais itens, igualmente, podem ser encontrados em Museus, Espaços Culturais, Pinacotecas ou em coleções particulares.

Colecionar, em suma, refere-se à prática de selecionar, organizar, guardar, trocar e expor os itens por categoria, de acordo com os interesses de cada indivíduo. Trata-se de uma prática muito ampla, podendo ser classificada em diversas categorias.

A **Numismática**, por exemplo, é uma ciência auxiliar da História que se dedica ao estudo de moedas, cédulas e medalhas, sendo marcante sua relação com determinados fatos históricos. Tomemos como exemplo a peça da figura 3, apresentada abaixo. Trata-se de uma medalha que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mandou cunhar na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, para ser distribuída em 13 de maio de 1889 (aniversário de um ano da Abolição da Escravatura) e que faz referência ao Decreto 3353 de 13 de maio de 1888, mais conhecido como Lei Áurea. Para a ocasião, foram cunhados 500 exemplares em bronze, 100 em prata e 2 em ouro, estes destinados ao Imperador Dom Pedro II e à Princesa Imperial Regente, Isabel Cristina.



Figura 3 – Medalha Isabel Regente - 13 de Maio de 1888  
Acervo Particular – Roberto Michetti Moreira

Outro exemplar que se refere a um grande acontecimento histórico é apresentado na figura 4. Trata-se de uma medalha de cobre cunhada na prensa monetária da Casa da Moeda do Rio de Janeiro e apresentada na Exposição Internacional da Filadélfia de 1876. Tal medalha era destinada às principais autoridades que visitaram o estande brasileiro.

Essa exposição apresentou as principais inovações tecnológicas do mundo à época, contando com a presença do então Presidente dos Estados Unidos William Grant, e também do

carismático Imperador brasileiro Dom Pedro II, em sua abertura. Foi durante essa exposição que D. Pedro II, um soberano à frente de seu tempo, conheceu Graham Bell, pioneiro da telefonia.

O Imperador ficou fascinado com o aparelho telefônico.

No ano seguinte, D. Pedro II adquiriu o primeiro telefone instalado no Brasil, na Quinta da Boa Vista, hoje o Museu Nacional, no Rio de Janeiro.



Figura 4 – Medalha Exposição Internacional da Filadélfia - 1876  
Acervo Particular – Roberto Michetti Moreira

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coleção Leoni Ossovigi, **Museu Imperial**. Disponível em:

<http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/7689?mode=full>

Acesso: 07/05/2019.

**Coleção de Medalhas Abolicionistas**. Disponível em:

<http://mpmilitaria.blogspot.com/2011/05/colecao-de-medalhas-abolicionistas.html>.

Acesso: 07/05/2019.

**O Colecionismo do Ponto de Vista Psicanalítico**. Disponível em:

<https://www.hardecor.com.br/o-colecionismo-do-ponto-de-vista-psicanalitico/>

Acesso: 07/05/2019.

**História Geral**. Disponível em:

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/historia-do-telefone>.

Acesso: 07/05/2019.

(\*) Roberto Michetti Moreira  
E-mail: [casadaarte@ymail.com](mailto:casadaarte@ymail.com)

## Postalização na Coleção Temática

Rogério A. Dedivits - Santos, SP (\*)

Em uma coleção temática, as peças filatélicas, idealmente, devem ser circuladas, tendo cumprido, assim, sua função postal. Isso se aplica sobretudo a cartas e a inteiros postais. Mas isso nem sempre é possível para um colecionador iniciante. À medida em que a coleção evolui, material mais expressivo substitui algumas peças existentes. Nessa evolução, há uma tendência progressiva à chamada postalização, ou seja, a substituição de material não circulado por peças circuladas.

No Regulamento Temático da Federação Internacional de Filatelia, aborda-se (3.3) a “qualificação do material filatélico”. Indica o Regulamento que, quando se estiver selecionando o material para exposição, deve-se dar preferência e mais importância, entre outros, aos seguintes materiais:

- Correio comercial (efetivamente transportado) com marcas postais relevantes, em contraposição a meros documentos de recordação e itens similares, produzidos para satisfazer colecionadores, como envelopes de primeiro dia de circulação (FDCs) decorados (mesmo quando emitidos pelo serviço postal) e máximos postais. A figura 1 mostra um envelope de primeiro dia de circulação norte-americano, com o respectivo carimbo e uma ilustração no próprio envelope. Mesmo em se tratando de emissão oficial da administração postal, a figura do envelope é simplesmente ilustrativa, não sendo um elemento postal. Portanto, não traz benefício

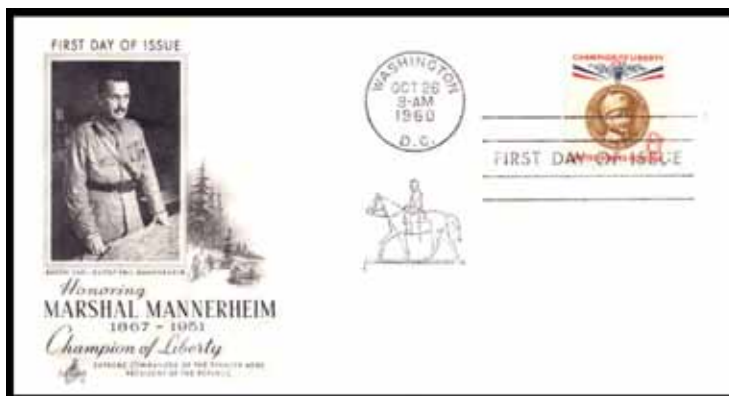


Figura 1



para a coleção, além de ocupar precioso espaço. Mesmo numa coleção iniciante, seria preferível apresentar o selo e o carimbo em uma janela – isso porque o carimbo traz a ilustração de um cavalo montado. Se não houvesse a ilustração temática, seria mais interessante apresentar, simplesmente, o selo comemorativo. Máximos postais (figura 2) constituem uma classe específica de competição nas exposições, com regulamento próprio. São peças geralmente belíssimas e o cartão-postal, quase sempre, enfatiza algum detalhe do selo que é de interesse temático. Entretanto, o fato de não serem peças circuladas (com exceção de alguns exemplares da década de 1930, pouco comuns), faz com que não sejam de primeira escolha em uma coleção temática competitiva. Daí, vem a recomendação de se utilizar apenas um exemplar em toda a coleção, para demonstrar conhecimento filatélico.



Figura 2

- Peças (efetivamente transportadas) com franquia correta e oblitterações temáticas relevantes, em lugar de “carimbos de favor”, via de regra com franquia inferior à legal ou, pior, marcas postais sobre envelopes não selados - “carimbos em branco” (salvo quando isso se deve ao privilégio de isenção de franquia). Na saudosa década de 1970, foram realizadas várias mostras e exposições filatélicas no Estado de São Paulo. Em uma delas, em Guaratinguetá, em 1971, a ECT emitiu três carimbos comemorativos homenageando grandes nomes da Medicina e Literatura brasileira. Envelopes com esses carimbos são excepcionalmente encontrados. A figura 3 (página seguinte) mostra um deles que, infelizmente, foi montado com um selo comemorativo de 1955, ou seja, desmonetizado à época, caracterizando (que pena!) oblitteração de favor. O que fazer, na impossibilidade de encontrar outra peça que mostre, por exemplo, o Prof. Zerbini? Que dilema... O envelope de primeiro dia finlandês da figura 4 terá realmente circulado? Mesmo o selo tendo valor suficiente para porte nacional, não há carimbo ordinário datador. Nada garante que seja um carimbo de favor e que o endereço tenha sido colocado tempos depois. Aqui, em caso de dúvida, é contra o réu...



Figura 3



Figura 4

- Documentos com diferentes endereços individualizados, frente a envelopes e cartões recebidos por um mesmo destinatário em decorrência de um serviço de assinatura. O bilhete postal soviético na figura 5b (página seguinte) realmente circulou. Por estar em bom estado de conservação, agrega interesse à coleção, o que representa vantagem em relação à peça similar mostrada na figura 5a, que é nova (não viajada).

- Franquias postais corretas, em lugar de franquia em excesso devido a razões filatélicas (como exemplo, séries completas). O envelope da figura 6, de 1943 (III Reich) inquestionavelmente circulou – inclusive é registrado. Contudo, a presença da série de selos com efigie de Hitler tão cuidadosamente colocada e carimbada e o fato do endereço do destinatário ter sido carimbado, falam muito a favor de que essa peça foi fabricada com finalidade filatélica. Porém, ela circulou!



Figura 5a



Figura 5b



Figura 6

Seria preciosismo menosprezá-la? Outro exemplo interessante é a variedade da cinta brasileira da figura 7 (página seguinte). Trata-se da emissão republicana de 1893, Cabeça da Liberdade, de 20 réis, em que a impressão verde está ausente, ou seja, é a chamada cinta albina. Ela circulou de São Paulo para Piracicaba. Mas, por que alguém faria circular uma cinta albina? A resposta deve ser a mesma na peça do III Reich: deve ter sido obra de algum filatelista, já naquela época. Seria preciosismo excluir essa peça de uma coleção de inteiros postais brasileiros? Quantas cintas albinas do século XIX circularam?



Figura 7

Acima, mencionamos ser melhor, no contexto de uma coleção, expor um selo ao invés de um fragmento ou envelope desse mesmo selo com um carimbo de primeiro dia de circulação, sem conteúdo temático. Uma questão, em sentido mais amplo, que ainda gera polêmica, é acerca da utilização de cartas que tenham algo “a mais”, como censura, recuperação de acidentes ou algum outro diferencial. Vejamos, por exemplo, o raro envelope recuperado do último voo do dirigível Hindenburg, que explodiu em New Jersey, em 6 de maio de 1937 (figura 8a), mais raro ainda por vir acompanhado de etiqueta de registro, vista na figura 8b (página seguinte). Dias depois, Hitler proibiu o voo de todas as aeronaves que utilizavam hidrogênio, dando fim à época dos Zeppelins. Independentemente de sua atração em uma coleção de aerofilatelia ou temática sobre o III Reich, há uma forte tentação em utilizar esse material em uma coleção temática de Jogos Olímpicos, considerando-se os selos utilizados. E por que não? É uma peça de exceção que, além de agregar raridade, demonstra estudo filatélico. A polêmica fica maior ao considerarmos envelopes comuns, circulados à custa de selos de interesse para a nossa coleção temática. Podemos (ou devemos) incluir essa carta comum ao invés do selo simples?



Figura 8a

Vamos dividir a resposta. Podemos? Sim, pelo mesmo princípio que viabiliza a colocação da carta recuperada do Hindenburg. Devemos? Com muita moderação! Quando a coleção atinge certo nível, o espaço disponível dos cinco (ou oito) quadros, fica cada vez mais disputado. Uma peça de pouco peso, que ocupa muito espaço, passa a ser... demais.

Enfim, como regra geral, material circulado é preferível em relação ao não circulado. Todavia, há nuances interessantes quando nos aprofundamos na questão da postalização. Alguns aspectos podem gerar polêmica e é isso que faz a filatelia ainda mais encantadora.



Figura 8b

(\*) Rogério A. Dedivits  
E-mail: dedivits.hns@uol.com.br

A promotional graphic for Ricardo Dal Pasqual's 'Selos' store on eBay. The graphic has a red background. On the left, there is a grid of colorful icons representing diverse human faces, with the eBay logo overlaid on it. To the right of the grid, the text 'Ricardo Dal Pasqual' is written in large white letters, followed by 'Selos' in a smaller font. Below this, the text 'Loja: stores.ebay.com/selosricardo' is displayed. At the bottom, the phone number '41 988055665' and the email address 'ricardo@dalpasqual.com.br' are shown, along with a WhatsApp icon.

## *O VAPOR "RICHARD PAUL"*

Luis Claudio Fritzen - Florianópolis, SC

Em 26 de junho de 1910, a cidade de Blumenau fez uma grande festa para recepcionar o Vapor RICHARD PAUL, que havia sido construído na Alemanha. Ele veio juntar-se aos vapores BLUMENAU e PROGRESSO, no transporte de cargas e passageiros entre Blumenau e o Porto de Itajaí. Estabelecendo uma nova e salutar concorrência, a novidade reduziu os preços das passagens de 6 mil para 5 mil réis na 1ª classe e de 5 mil para 3 mil réis na 2ª classe.



Cartão-postal "Vapor RICHARD PAUL"

O Decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, regulamentou e o Decreto n. 10.755, de 11 de fevereiro de 1914, estabeleceu regalias para o serviço da linha regular. Foi, a dita legislação, firmada pelo próprio Presidente da República, Hermes da Fonseca.

O Vapor fazia, então, o serviço de cabotagem entre Blumenau e Itajaí, chegando até Florianópolis. Para o norte, servia São Francisco do Sul, Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro.

A regularidade da linha fluvial e marítima fez a embarcação levar, igualmente, a mala postal.





Carta postada em Florianópolis, no período vespertino (carimbo ADM. GERAL DOS CORREIOS - TARDE - S. CATHARINA 19/FEV/1919), endereçada já com o nome do Vapor RICHARD PAUL, que deveria partir no dia seguinte, com chegada a Joinville em 22/FEV/1919.

O serviço fluvial, aliás, já existia desde o final do século XIX. Emerge do Decreto n. 5.811 de 03 de setembro de 1874, que aprovou o contrato celebrado entre a Companhia Nacional de Navegação a Vapor e a Diretoria Geral dos Correios que obrigava aquela Companhia a fazer três viagens mensais entre a província de Santa Catarina e a Corte, subindo o Rio Itajaí-Açu, atracando no Porto de São Francisco indo até a Lagoa de Saguaçu, além de fazer pequenas paradas nos portos de Tijucas, Porto Belo e Itajaí. No início, utilizava-se o Vapor Progresso, seguido pelo Vapor Blumenau. Em 1910, esses foram seguidos pelo Vapor Richard Paul.

Com a entrada em operação da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), em 1909, o tráfego entre as colônias do interior de Blumenau com o porto de Itajaí passou a ser conjugado com a ferrovia. A EFSC foi construída com capital alemão, num percurso de apenas 69,7 km entre Blumenau e Hansa (Ibirama). Neste mesmo ano, dois terços das ações da Itajahy-Blumenau foram adquiridos pela Companhia EFSC.

O transporte fluvial entre Blumenau e Itajaí, sistema de transporte de cargas e passageiros que atuava desde o início da colonização, viveu seus últimos dias em 1949.

## *As fases da vida de Dom Pedro II, eternizada nas moedas*

Juliano Natal - Florianópolis, SC (\*)

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga ou, simplesmente, Pedro II, governou o Brasil de 23 de julho de 1840 a 15 de novembro de 1889. Órfão de mãe antes de completar o primeiro ano de idade e, praticamente abandonado, aos 6 anos, pelo pai Pedro I, que deixava o Brasil num momento de muita conturbação política para disputar o trono luso com o seu irmão D. Miguel I <sup>(1)</sup>, o menino, com apenas 7 anos, fora elevado ao trono imperial. Não sendo possível governar a Nação, veio a proposta das regências (1831-1840), prevista na Constituição Brasileira de 1824. Era a opção mais apropriada para a volta à normalidade política do País em torno da figura do menino Pedro II <sup>(2)</sup>. Contudo, o período regencial, não necessariamente, refletiu calma e uniformidade nas estratégias e pensamentos políticos. Vieram, então, os conflitos e levantes regionais contra o governo - Cabanada (Pernambuco, 1832-1835), Sabinada (Bahia, 1837-1838) e Balaiada (Maranhão, 1838-1841), combates esses que anunciavam o descontentamento do povo e pregavam a tomada do comando da Nação.

Nesse contexto, a melhor saída adotada, em 14 de julho de 1840, foi a antecipação da maioria de Pedro II, ocorrida na idade de quatorze anos, sete meses e vinte e um dias. Essa decisão passou a ser símbolo de união e integração do Império, como dizia um manifesto publicado na época. Tudo estava sendo antecipado: o amadurecimento do Imperador, sua vida cívica, o casamento arranjado com a Princesa do Reino das Duas Sicílias, Tereza Cristina, a aparência intelectual e respeitosa, o temperamento sereno e decisório nas discussões políticas. E, por muito tempo, o governo transcorreu sem sobressaltos: o Monarca desempenhava suas funções com firmeza, enfrentando com habilidade a oposição nas discussões políticas. Era a troca alternada do poder entre o partido Liberal e o Conservador que mantinha o equilíbrio político. Amante da cultura, artes e ciência, Pedro II promoveu, como nunca, o progresso da Nação e a divulgação do país além-fronteiras <sup>(3)</sup>. Foram quase 50 anos de Segundo Reinado cujo período mais próspero aconteceu entre 1850 a 1870 e o mais tumultuado, nos anos seguintes, com o trato conflitante das questões da Igreja, da escravidão, do manifesto republicano, da relação com os militares. A partir de 1881, o afastamento do Imperador no envolvimento político em virtude da saúde debilitada <sup>(4,5)</sup>, enfraqueceria seu poder político.

Às 3 horas da tarde de 15 de novembro de 1889, Dom Pedro II recebeu uma carta do Governo Provisório, dando fim à Monarquia e concedendo-lhe o prazo de 24 horas para deixar o Território Nacional. No dia seguinte, partiu com a família para o exílio em Paris, onde viveria seus dois últimos anos.

A vida do Imperador, por ter sido figura ímpar, naturalmente, sempre foi alvo de interesse por parte da sociedade. Na Numismática Brasileira, as fases da vida do Imperador foram largamente representadas. Seu busto foi reproduzido em moedas cujo retrato fora desenhado em seis tipos:



iniciando com a infância, passando pela adolescência, fase adulta e, por fim, a velhice. Assim, além do valor aquisitivo intrínseco, a imagem unificadora e o título de defensor e imperador constitucional do país eram divulgados amplamente nas transações comerciais, alcançando todo território nacional. Numa época em que o acesso à cultura, à imprensa escrita e às decisões da corte estavam extremamente restritas à elite, a propagação da imagem do Imperador, no meio circulante, tornava-se a mais eficaz forma de comunicação em prol da soberania e do equilíbrio econômico-político da Nação <sup>(6)</sup>.

Aos 7 anos incompletos, a imagem do menino Pedro II era divulgada. As primeiras moedas surgiram em 1832, menos de um ano após a abdicação de Pedro I em favor de seu filho. Eram moedas cunhadas em ouro pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro, nos valores de 4.000 e 6.400 réis e faziam parte do sistema monetário de patacas herdado da Colônia, que respeitava a proporção de 1.600 réis a oitava de ouro (3,5856 g)<sup>(7)</sup>. Tais moedas trazem, também, no seu anverso, a legenda PETRUS. II. D. G. CONST. IMP. ET. PERP. BRAS. DEF., título concedido que acompanhou todas as moedas de bronze, prata e ouro cunhadas no Segundo Reinado, significando Dom Pedro II, por Graça de Deus, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. No reverso, aparece o valor monetário, a inscrição latina IN HOC SIGNO VINCES (Por Este Sinal Vencerás) e o escudo das armas do Império, encimado pela coroa imperial, ladeado por ramos de café e tabaco.



*Figuras 1 e 2. Moeda de 6.400 réis (14,34 g de ouro e 31 mm de diâmetro), cunhada em 1832, trazendo pela primeira vez no anverso a imagem de Pedro Menino.*

Com relação à autoria da representação da imagem de Pedro II, as moedas de ouro, cunhadas até 1851, tiveram as efígies desenhadas pelo gravador Carlos Custódio Azevedo, sendo que, nas moedas de 1832 e 1833 pertencentes ao Primeiro Sistema Monetário, aparece a inscrição Azevedo abaixo do busto, variante de maior escassez e mais valorizada <sup>(8)</sup>.

A partir da implantação do Segundo Sistema Monetário (1833-1848), que abrangeu o período regencial e o início do Segundo Reinado, a figura do Imperador ganhou uma nova aparência. Nela, a representação da unidade nacional do jovem Monarca era marcada pela farda de almirante, patente mais alta da Marinha, nas moedas de ouro de 10.000 e 16.000 réis. A reprodução da figura do Imperador, como Almirante, seguia uma representação europeia, uma vez que todos os governantes daquele continente eram intimamente ligados à Marinha <sup>(6)</sup>.



*Figuras 3 e 4. Moeda de 16.000 réis (14,34 g de ouro e 28 mm de diâmetro), cunhada em 1847, trazendo a imagem do jovem Imperador vestindo a farda de almirante. Moeda já pertencente ao Terceiro Sistema Monetário na razão de 4.000 réis a oitava de ouro, proporção estabelecida em 1846.*

Veio a fase adulta. O Imperador, já maduro, é representado em três tipos de bustos. No primeiro, a imagem recebe um manto adornado com penas de papo de tucano nas moedas de ouro de 10.000 e 20.000 réis pertencentes ao Terceiro Sistema Monetário (1848-1889), cunhadas entre 1849 e 1851. A vestimenta ora eleita para cobrir a efigie de Pedro II seguia a homenagem aos indígenas, adotada pelo Imperador como um dos símbolos da cultura nacional <sup>(3,6)</sup>.



*Figuras 5 e 6. Moeda de 20.000 réis (17,93 g de ouro e 30 mm de diâmetro) de 1851, trazendo o Imperador, adulto, usando o manto enfeitado com penas de papo de tucano.*

Ainda em 1851, a moeda de 20.000 réis recebe uma nova imagem em sua segunda representação: o Imperador com barba e busto nu. Sem dúvida, a figura do soberano barbudo representa a sua imagem mais propagada no numerário brasileiro. A partir dessa data, não é conhecida a autoria da gravação nas moedas de ouro, cunhadas até o final do regime imperial.



*Figuras 7 e 8. Moeda de 20.000 réis (17,93 g de ouro e 30 mm de diâmetro), cunhada em 1852, pertencente ao 3º Sistema Monetário (1848-1899), representando a fase adulta do jovem Monarca, aos 27 anos.*

Por fim, o terceiro tipo de imagem da fase adulta. Trata-se de uma pequena reestilização da segunda representação, dessa vez nas moedas de ouro de 5.000, 10.000 e 20.000 réis. Nesses três valores, existem pequenas variações no desenho das efígies. Embora o envelhecimento do Imperador tenha naturalmente ocorrido, essa representação permanece a mesma nas moedas de 10.000 e 20.000 réis, cunhadas entre 1853 e 1889.



*Figuras 9 e 10. Moeda de 20.000 réis (17,93 g de ouro e 30 mm de diâmetro), cunhada em 1857. Existe variante em que a barba do Imperador apresenta-se “solta” não unida aos cabelos laterais.*

Em 1867, 27º ano do Segundo Reinado, o Imperador ganhou a última versão de busto. Dessa vez, o Monarca estava representado mais velho nas moedas de bronze de 10, 20 e 40 réis (1868 a 1880) e nas de prata de 200, 500, 1.000 e 2.000 réis (1867 a 1889). A efígie desenhada pelo gravador Cristian Luster e, mais tarde, pelo gravador Ernesto de Souza Reis Carvalho, foi a primeira a ser autorizada em moedas não compostas pelo metal nobre ouro. Nas cunhagens em

prata de 1867 a 1869 e nas moedas produzidas em bronze de 10 e 20 réis, abaixo do busto, está indicado o nome do gravador com a inscrição LUSTER F. (significando feito por Luster) ou C.L., informando as iniciais do gravador. Na moeda de bronze de 40 réis, produzida pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro, a inscrição do segundo gravador traz as iniciais E.S.R.C. Por volta da última década do Império, as inscrições dos gravadores não foram mais divulgadas nos discos metálicos.



*Figuras 11 e 12. Moeda de 2.000 réis (25,50 g de prata e 37 mm de diâmetro), cunhada no último ano do regime imperial, retratando o Imperador com o busto voltado à esquerda na aparência mais velha. Como novidade, o reverso traz menção ao ano de publicação do decreto número 1817 que, determinou novos pesos das moedas de prata.*



*Figuras 13 e 14. Moeda de bronze de 20 réis (25 mm de diâmetro), cunhada em 1869. Abaixo do busto voltado à direita encontram-se as iniciais C.L. do gravador Cristian Luster. No reverso, o brasão do Império não mais acompanha os tradicionais ramos de café e tabaco e a legenda latina IN HOC SIGNO VINCES.*

## Referências

1. Carvalho, José Murilo. **D. Pedro II**, Companhia das Letras, 1ª edição, São Paulo, 2007.
2. Schwarcz, Lilian Moritz e Starling, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 1ª edição, Companhia das Letras, São Paulo, 2015;
3. Schwarcz, Lilian Moritz. **As Barbas do Imperador – Dom Pedro II: Um Monarca nos Trópicos**, 1ª Edição, Companhia das Letras, São Paulo, 1999.
4. Enciclopédia **Grandes Personagens da Nossa História – Volume II**, 2ª edição, Nova Cultural, São Paulo, 1988.
5. Priori, Maria Del. **Histórias da Gente Brasileira – Volume II Império**, 1ª edição, Editora Leya, São Paulo, 2016.
6. Silva, Igor Oliveira. **A Outra Face da Moeda. A Construção da Imagem de Dom Pedro II nas Moedas do Império**. 2015, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
7. Maldonado, Rodrigo. **Moedas Brasileiras: Catalogo Oficial**, 6ª edição. MBA Editores, 2019.
8. Amato, Cláudio; Neves, Irlei e Russo, Arnaldo. **Livro das Moedas do Brasil**, 14ª edição. Edição do Autor, São Paulo, 2018

(\*) Juliano Natal

E-mail: [juliano\\_natal@yahoo.com.br](mailto:juliano_natal@yahoo.com.br)

# Pires Filatelia

SELOS PARA COLEÇÕES

[www.piresfilatelia.com.br](http://www.piresfilatelia.com.br)

*Consulte sua lista de faltas  
de selos do Brasil e estrangeiros.*

*Temos vasto estoque de selos  
temáticos, inclusive história postal,  
variedades, provas, etc.*

E-mail: [lpneto56@gmail.com](mailto:lpneto56@gmail.com)

Telefone: (41)99237-6909 (VIVO)



Curitiba / PR



## *Viajando no tempo...*

*“O Dr. FISCHER, da Administração do Correio Alemão Imperial acaba de publicar um folheto contendo estatísticas comparativas do Correio e Telegrapho. Dahi se vê que, em algarismos redondos, 3.300.000.000 de cartas foram remetidas pelas agencias do correio em todo o mundo no anno de 1873, ou cerca de 9.250.000 em cada dia, e desde então o numero tem augmentado diariamente de um modo extraordinario. No Japão, por exemplo, havia 1.159 agencias do correio no anno de 1872, e em 1875 havia 3.649. O numero de cartas e outros objectos separados que passaram por essas agencias japonezas em 1878, foi de 47.000.000, sendo 25.000.000 de cartas, 10.000.000 de cartões postaes e 9.500.000 jornaes. Os cartões postaes foram introduzidos para uso no anno de 1865, e agora são empregados em quasi todos os paizes do mundo. O numero de despachos telegraphicos despedidos no mundo inteiro em 1877 foi de cerca de 130.000.000, ou um termo médio de 353.000 em cada dia”.*

*Extraído de: O NOVO MUNDO - PERIODICO BRAZILEIRO  
Dezembro de 1879, página 287.*

## ÍNDICE GERAL

Palavras do Presidente .....	3
Especial - 50 Anos de Encontros de Colecionadores em Santa Catarina .....	4
As cédulas de 5 Cruzeiros da 2ª Estampa do Tesouro Nacional .....	6
LER MAIS .....	19
Audrey Hepburn - Ícone de Hollywood e da Filatelia .....	20
O Colecionismo e sua relação com Fatos Históricos .....	21
Postalização na Coleção Temática .....	24
O Vapor RICHARD PAUL .....	30
As fases da vida de Dom Pedro II, eternizada nas moedas .....	32

Textos e imagens dos artigos publicados neste Boletim são de responsabilidade dos autores.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Superintendência Estadual de Santa Catarina

**Seção de Filatelia**

Gabriel Alexandre Gandolfi da Silva – gabrielgd@correios.com.br

*Notícias, programação de Eventos Filatélicos,  
Carimbos Comemorativos e Selos Personalizados*

Rua Romeu José Vieira, 90 – bloco B – 7º Andar  
Bairro: Nossa Senhora do Rosário – São José/SC  
CEP 88110-906 – Telefone: (48) 3954-4032

**Selos Comemorativos e Especiais**

**Selos personalizados - Coleções Anuais**

Em Florianópolis: Agência Central de Florianópolis  
Praça XV de Novembro, 242  
CEP 88010-970 – Telefone (48) 3251-8711  
scacfns@correios.com.br

Em Blumenau: Agência Victor Konder – Rua São Paulo, 1.277  
CEP 89012-971 – Telefone (47) 3144-2372  
scafbnu@correios.com.br

Em Joinville: Agência Joinville – Rua Princesa Isabel, 394  
CEP 89201-970 – Telefone (47) 3419-6929  
scacjve@correios.com.br



**POSTMIX**

Gráfica Digital



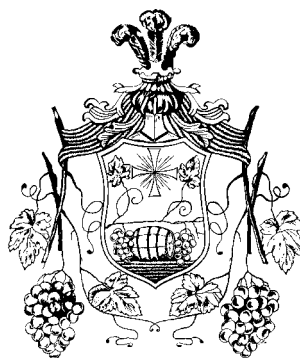
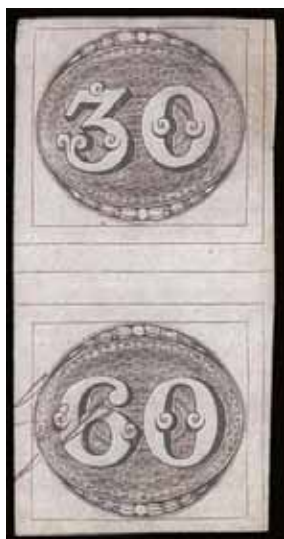
# *Filatélica Junges*

*Especializada em Selos do Brasil.*

*Compramos e Vendemos*

*Variedades e Peças Raras.*

*Atendemos Mancoлисты.*



[www.filatelicajunges.com.br](http://www.filatelicajunges.com.br)

Telefone: (51) 3227.2943 – Fax: (51) 3225.7197

Rua dos Andradas, 1137/1513. Porto Alegre / RS – Brasil. CEP:90020-007

Caixa Postal 1998 – CEP: 90001-970

e-mail: [filatelicajunges@terra.com.br](mailto:filatelicajunges@terra.com.br)